

SEÇÃO ARTIGOS

O Movimento Camponês do/no Conteúdo Social Escolar

The Peasant Movement of/in the School's Social Content

El Movimiento Campesino de/en el Contenido Social Escolar

DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v12i24.60128>

 [Guilherme Matos de Oliveira](#)¹

Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP),
São Paulo, Brasil
e-mail: ggui995@gmail.com

 [Jânio Roberto Diniz dos Santos](#)²

Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia (UESB),
Bahia, Brasil
e-mail: jrd Santos@uesb.edu.br

 [Suzane Tosta Souza](#)³

Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia (UESB),
Bahia, Brasil
e-mail: suzane.tosta@uesb.edu.br

Resumo

Este artigo objetiva delinear análises sobre a materialização das lutas e resistências dos sujeitos camponeses nos seus territórios de vida e trabalho, repercutindo o movimento dos seus conteúdos sociais articulados às especificidades das dinâmicas educacionais escolares de uma comunidade agrária do município de Anagé, no Centro-Sul baiano. O presente texto articula-se em três seções, sendo que na primeira discutimos sobre a produção territorial dos movimentos sociais do campo brasileiro, na segunda elucidamos a dimensão contributiva da educação na reprodução camponesa e, na terceira, discorremos sobre o movimento estabelecido entre os conteúdos sociais e escolares — dentre eles geográficos — de um rincão do campo anageense; nos fazendo considerar que torna-se central a atuação dos movimentos sociais e educacionais do campo em vista de ser mantida a reprodução das formas de sociabilidade expressas nas particularidades do campesinato.

Palavras-chave

Conflito de classes; Movimentos sociais e Educação; Sociedade agrária.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Pleno do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora Plena do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This article aims objective analyzes on the materialization of struggles and resistances of peasant subjects in their territories of life and labor, reverberate the movement of its social contents articulated to the specificities of school educational dynamics in an agrarian community in the municipality of Anagé, in the Center-South of Bahia. The present text articulates in three sections, being that in the first we discussed the territorial production of social movements from Brazilian field, in the second, we elucidate the contributory dimension of education in peasant reproduction and, in the third, we discuss the movement established between the social and school contents — among them, the geographic ones — of one nook of Anagé; making us consider that it is centric the acting of social and educational movements of the field in order to maintain the reproduction of forms of sociability expressed in the particularities of the peasantry.

Keywords

Class conflict; Social movements and education; Agrarian society.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo dibujar análisis sobre la materialización de las luchas y resistencias de los sujetos campesinos en sus territorios de vida y trabajo, reflejando el movimiento de sus contenidos sociales articulado a las especificidades de la dinámica educativa escolar de una comunidad agraria del municipio de Anagé, en el Centro-Sur de Bahía. El presente texto está articulado en tres secciones, siendo que en la primera discutimos la producción territorial de los movimientos sociales en el campo brasileño, en la segunda dilucidamos la dimensión contributiva de la educación en la reproducción campesina y, en la tercera, discutimos el movimiento establecido entre los contenidos sociales y escolares — entre ellos geográficos — de un rincón del campo anageense; haciéndonos considerar que se vuelve central la acción de los movimientos sociales y educativos en el campo con miras a mantener la reproducción de formas de sociabilidad expresadas en las particularidades del campesinado.

Palabras clave

Conflicto de clases; Movimientos sociales y educación; Sociedad agraria.

Introdução

O campo brasileiro, em suas configurações territoriais, tem se reproduzido historicamente diante do conflito de classes e das contradições provocadas socialmente — em meio ao modo de produção hodierno — cujos propósitos são antagônicos e distintos em vista da utilização da terra, seja para a manutenção da vida e do trabalho camponês de um lado, seja para a extração de renda da terra e trabalho não-pago na forma mercadoria do outro. Nesse processo, a articulação entre Movimentos Sociais do Campo e Educação do Campo tem sido fundamental para a permanência e/ou resistência da classe camponesa nos seus modos de sociabilidade.

Partindo desse entendimento, o presente texto tem o objetivo de promover reflexões sobre a materialização das lutas e resistências territoriais do campesinato em movimento ao

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

contextualizarmos um dos seus múltiplos conteúdos sociais e escolares produzidos em uma trincheira da sociedade agrária do município de Anagé, no Centro-Sul baiano. Ao termos como método analítico o materialismo histórico-dialético, consideramos que a tessitura deste escrito “[...] parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das representações ideológicas deste processo vital” (Marx; Engels, 2007, p. 49).

Em relação aos procedimentos metodológicos, nos ancoramos na pesquisa e discussão teórica de diversos autores que versam sobre a temática em questão, assim como na aquisição e análise de dados de sites da internet e dos registros textuais e fotográficos resultantes das ações dos sujeitos escolares em suas mediações geográficas de ensino-aprendizagem abordadas neste texto em que, num primeiro momento, refletimos sobre a produção territorial dos movimentos sociais do campo brasileiro; num segundo momento tratamos sobre a contribuição da educação para a reprodução do campesinato; num terceiro momento discorremos sobre o movimento entre o conteúdo social e os conteúdos — dentre eles geográficos — de uma escola do campo baiano no real concreto; e por fim tecemos algumas considerações acerca deste estudo.

Os movimentos sociais na produção territorial do campo brasileiro

Ao analisarmos a produção desigual do campo brasileiro, faz-se necessário contarmos com uma compilação de contribuições teórico-metodológicas que nos auxiliem na compreensão sobre os entremeios da questão agrária brasileira por meio do território, este que se expressa diante das contradições oriundas da constituição da propriedade privada da terra na formação de grandes latifúndios e dos seus desdobramentos na contraposição entre capital *versus* trabalho marcada pelo conflito de classes que perpassa pelos diversos recantos do campo de todo o país, sendo que a classe camponesa — por meio da sua organização política em movimentos sociais — tem se inserido nesse processo.

Diante disso compreendemos o território em concordância com Conceição (2021), a partir da leitura crítica marxista ancorada na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, sendo que diante da reprodução das relações sociais, o território não pode ser realizado

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

enquanto uma relação individual, de pertencimento ou de uma “pseudo-autonomia” enquanto indivíduos isolados; ele se realiza no movimento entre a universalidade, a totalidade e as particularidades dos sujeitos sociais reais concretos.

Vale sinalizar que não é cabível concebê-lo enquanto um recorte delimitado, superficial, homogêneo no espaço (Santos, 2006); uma vez que as relações de disputas sociais inerentes a esta categoria analítica, ao se materializarem no movimento da totalidade, revelam a pujança histórica das relações dialéticas instauradas mundialmente pelo modo de produção vigente.

É através da totalidade histórica e social que se torna viável nossa compreensão sobre os confrontos intrínsecos à formação territorial do campo brasileiro e às expressões de luta e resistência dos sujeitos camponeses que, conforme Martins (1981) reproduzem a vida na *terra de trabalho* ao se colocarem contrários à especulação da *terra de negócio* gestada pelos sujeitos representantes da classe dominante para a obtenção de renda e lucro.

Almeida (1999) coloca que desde a chegada dos portugueses no Brasil em 1500, as formas de exploração do trabalho e de apropriação de matérias-primas foram sendo instituídas em todas as áreas por eles invadidas, onde até então os povos indígenas viviam numa relação totalmente oposta a que vinha sendo produzida pela colonização europeia.

Seja na partilha da terra convertida na grande propriedade em capitânicas hereditárias e em sesmarias, tal como na combinação de relações laborais escravocratas — oriundas principalmente da força de trabalho dos africanos nos atravessamentos do tráfico negreiro — na produção monocultora destinada à exportação e na depredação da natureza as imposições das classes proprietárias, de acordo com a autora supracitada, foram sendo consumadas ao longo dos séculos; ao tempo em que no período imperial foi criada a “Lei de Terras” de nº 501 no ano de 1850, colocando a terra como mercadoria a ser adquirida pela compra fazendo com que, posteriormente, os trabalhadores não conseguissem acesso à terra, sejam eles imigrantes ou escravos libertos — estes últimos que, conforme Martins (1998), nos séculos em que eram sujeitos cativos a terra era livre e, contraditoriamente, quando tornaram-se a ser sujeitos livres, através do movimento abolicionista, a terra passou a ser cativa.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Ao serem viabilizadas as determinações da classe dominante num percurso temporal quinhentista, seja pela via da lei burguesa ou pelo seu controle ideológico, os movimentos de luta pela terra foram emergindo historicamente no território brasileiro, à proporção que:

Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais (Martins, 1981, p. 25).

Os desdobramentos dos dissídios entre as classes camponesa x capitalista no território brasileiro podem ser verificados nas guerras entre posseiros sem-terra e latifundiários/grileiros de terra como aconteceu em Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916), Trombas e Formoso (1950-1957), entre outros violentos entraves agrários em nosso país, ao tempo em que as Ligas Camponesas, partindo do Nordeste brasileiro na década de 1950, foram uma importante organização de luta pela reforma agrária em meio a esta trajetória histórica.

Na escalada desses conflitos perante à gênese da ditadura militar, Germani (2006) aponta que suas implicações foram derivadas da criação do Estatuto da Terra pela lei nº 4504 em 1964, beneficiando o regime recém implantado — que era contrário à reforma agrária e às Ligas Camponesas extintas nesse contexto — e ao mesmo tempo, concentrando terras, expropriando os camponeses que perpassaram pelo êxodo rural, situações estas que foram tendo por consequência a exacerbação do conflito de classes agrárias.

Com a égide da reestruturação produtiva do capital em âmbito nacional no acelerar tecnológico da modernização e mundialização da agricultura — enquanto prioridades do Estado e travestidas pelo discurso do “desenvolvimento” da nação na segunda metade do século XX — a reforma agrária passou a ser considerada uma barreira à expansão do capitalismo no campo brasileiro; nisso são colocados os limites para a concretização dessa política justamente por ser mediada pelo Estado que, por sua vez, é ente direto do capital, haja vista que em decorrência dessa realidade territorial, o conflito de classes foi se tornando inevitável.

Esses conflitos resultantes do antagonismo de classes no campo se replicaram nos anos de 1990 a exemplo das chacinas em Corumbiara, no Estado de Rondônia em 1995, e em Eldorado dos Carajás no estado do Pará em 1996. Nessa mesma década, segundo Fernandes (2000), vários movimentos sociais do campo que questionavam os desmandos das classes dominantes no campo brasileiro foram se territorializando, sendo que o Movimento dos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja fundação é datada de 1984, se destacou em todo o país nesse período e, ao lado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em toda a América Latina com suas formas estratégicas de manifestação da luta pela terra.

Ao estar agregado às demandas dos sujeitos do campo, o MST, junto com outros importantes movimentos como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre tantos outros integram a Via Campesina, cuja criação aconteceu em 1992 e desde então vem articulando em todo o mundo as lutas da classe camponesa seja pelo acesso à terra, pela soberania alimentar, pela defesa da natureza, entre outras valiosas causas (Desmarais, 2007).

Entretanto, é preciso ressaltar que com a agudização da crise estrutural do capital, a atualidade da questão agrária brasileira tem sido direcionada concomitantemente aos processos de desindustrialização e reprimarização econômica, estando o agronegócio nacional, de acordo com Oliveira (2016), afinado às determinações mundializadas do mercado, que define a produção de *commodities* enquanto mercadorias negociadas nos mercados de futuros, sendo que na falta de alimentos para abastecer o mercado interno, a fome vai se tornando um fator evidente dessa contradição.

Essas relações são fortemente repercutidas na divisão social, territorial e internacional do trabalho propiciando com que, na aparência, seja veiculado pelo forte apelo midiático que “o agro é tech, é pop, é tudo”⁴; e na essência venha a ser reafirmada a propriedade privada enquanto reserva de valor sob domínio de poucos, uma vez que com o incremento técnico resultante do aumento da produção e da produtividade do trabalho, a terra passa a ser cada vez mais controlada pelos entes da classe burguesa, sejam eles representados pelas empresas capitalistas, pelos latifundiários, grileiros, bem como seus entes estatais presentes tanto no Legislativo — principalmente por meio da bancada ruralista — quanto no Executivo e no Judiciário.

⁴ Entenda a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”. Conforme o Portal G1 da Rede Globo “a cada 15 dias, um novo tema é apresentado ao público. Os temas são abordados a partir de produções do agronegócio, como frango, café, milho, arroz, laranja, flores, etc.”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/video/entenda-a-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-5343997.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Sobre a manutenção da concentração fundiária no território nacional, os dados do Relatório DATALUTA de 2020 revelam que enquanto o grande latifúndio perfaz 0,91% dos estabelecimentos rurais brasileiros, equivalendo a 45% do território nacional, as pequenas propriedades em áreas iguais ou menores a 10 hectares de terra envolvem menos de 2,3% do território brasileiro, abrangidas em 2.352.433 dos pequenos estabelecimentos. Diante dessa discrepância, Marx (1984) adverte que os trabalhadores, ao estarem subsumidos às múltiplas determinações do capital, vão sendo expropriados da terra e dos seus instrumentos produtivos e conseqüentemente, vendem aquilo que lhes sobra: sua própria força de trabalho, na qual:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção [...] em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo (Marx, 1984, p. 262).

Na atualidade as formas de expropriação e violência contra os camponeses são impostas, em decorrência das relações envoltas à reprimarização commoditizada da economia, seja por meio da intensificação da mobilidade do trabalho do campo para às periferias das cidades — onde nelas encontram-se muitas vezes terceirizados, desempregados, informais ou até mesmo “descartados”; das ocorrências de trabalho análogo ao escravo, da utilização de agrotóxicos em monocultivos que destroem a natureza e a saúde dos trabalhadores, das inúmeras propostas/efetivação de leis que beneficiam as classes concentradoras de terras como a Lei nº 13.715/2019, que acresce a utilização de armamento no campo — provocador de chacinas como as de Colniza, no Mato Grosso e em Pau d’Arco, no Pará no ano de 2017, do alto número de ocorrências — segundo dados da CPT (2021) — de conflito de classes no campo (2.054 no ano de 2020) e de assassinatos (18 em 2020), entre outros mecanismos aviltantes que, de acordo com Souza e Santos (2018), objetivam os “sete pecados” da barbárie societal no campo brasileiro pelo capital.

Os movimentos sociais do campo brasileiro nesse contexto vêm passando por constantes ataques emparelhados pela classe dominante a exemplo da aplicação da Lei Antiterrorismo (nº 13.260, de 2016) e da sua reformulação no Projeto de Lei (PL) nº 9604/2018, sempre com a intenção de desqualificar e criminalizar suas lutas, que ao serem resfriadas — conforme dados da CPT (2021) na redução das ocupações que passaram de 180 em 2010 para 29 em 2020, e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

dos acampamentos que caíram de 35 em 2010 para 3 em 2020 — os seus movimentos atuam estrategicamente por meio da resistência frente ao projeto destrutivo do capital no campo.

Mediante a isso, torna-se imprescindível aos movimentos sociais do campo brasileiro que suas resistências não sejam embasadas na fragmentação individualista de lutas isoladas, em atos “conciliatórios” com o Estado ou em “soluções mitigadoras” das políticas assistenciais estatais que nos deixam na situação de conformados com o *status quo*, visto que “[...] o capitalismo não precisa da autonomia, e sim de conformismo. Seu atual triunfo deve-se ao fato de que vivemos numa época de conformismo generalizado — não apenas no que diz respeito ao consumo, mas também à política, às ideias, à cultura, etc.” (Castoriadis, 1996, p. 115). É preciso resistir para lutar, sobretudo, tanto pela reforma agrária quanto pela superação da contradição capital/trabalho nos territórios camponeses, sendo que a Educação do Campo tem muito a contribuir com este itinerário revolucionário.

A educação nos movimentos da resistência social camponesa

Entre as demandas sociais vinculadas à configuração das lutas do campesinato brasileiro, além da terra e do trabalho, tem-se a dimensão educacional intrínseca a esse processo; haja vista que os camponeses, ao serem historicamente segregados de uma educação concernente a sua realidade nas chamadas escolas rurais, eram tidos como “inferiores” em relação aos que estavam nas escolas situadas nas cidades (Frigotto, 2010). Conforme esse autor, o modelo educacional no qual o campo possuía até então negava o acesso dos seus estudantes ao conhecimento escolar relacionado ao cotidiano societal do mundo em que viviam.

Diante disso, seus familiares, comunidades e demais camponeses passaram a questionar as opressões que sofriam constantemente e que eram consideradas “naturais” pela sociedade de um modo geral, ao passo que com a organização dos movimentos sociais do campo entre as décadas de 1980 e 1990 tem-se, conforme Santos (2020) a gênese da Educação do Campo no ano de 1997 com o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), seguido em 1998, 2004 e 2005 com as Conferências para a Educação Básica no Campo e o II ENERA; encontros estes, segundo a autora supracitada, em aderência ao projeto político envolvendo movimentos sociais e educação em meio à redemocratização brasileira,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

que oportunizam a reivindicação de um conhecimento sustentado na valorização dos modos de vida, de trabalho, da cultura e da política camponesa expressados num movimento epistêmico dialético e pedagógico. Dessa maneira:

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola [EFA], do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra, trabalho e território os que organizam esta luta por educação (Caldart, 2012, p. 261).

Consonante a isso, Molina (2009) assevera que a Educação do Campo articula em seus postulados a compreensão de que é preciso a construção de um outro projeto societal em nosso país, centrado na busca por uma equânime distribuição social de renda, de terra e do conhecimento a toda sociedade que se encontra no espaço agrário, advindo de um projeto a ser edificado por e para seus sujeitos inseridos em seu propósito educacional.

Menezes Neto (2009) coloca que nesse movimento, as análises envoltas à Educação do Campo são debatidas frente ao antagonismo de classes sociais e aos seus interesses distintos, materializados de um lado pelo agronegócio e, do outro, pelo projeto educacional do campesinato, visto que a educação proposta pela agricultura capitalista intenciona configurar sujeitos funcionais à reprodução ampliada do capital estando agregados às ideologias impostas pelo sistema de mercado, que conseqüentemente reiteram as desigualdades sociais na divisão de classes. Ao se opor a esse ponto de vista, a Educação do Campo pauta-se na formação de sujeitos que não se fragmentem, mas que levem em conta a unidade de sua classe e que possam refletir sobre as relações humanas em sua diversidade, diferenças e em suas desigualdades sociais, econômicas e políticas sob os auspícios do capital; sendo este um projeto de educação que não pode, em hipótese alguma, ser formulado partindo das pretensões do agronegócio, pois:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada pela sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (Freire, 1987, p. 29).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 11, n° 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Em observância à pedagogia libertadora freireana, a Educação do Campo articula-se com os movimentos sociais camponeses a partir das suas ações que ocorrem, de acordo com Gohn (2011) em duas frentes: na interação dos movimentos com instituições educacionais e por dentro do próprio movimento quando se ascende a dimensão educativa de suas práticas. Acrescido a isso, estas articulações acontecem mediadas “[...] com um conjunto de princípios, conceitos e práticas em construção, no conjunto das lutas empreendidas pelos trabalhadores do campo. Sendo assim, a escola também se insere como um território a ser ocupado.” (Antunes-Rocha e Martins, 2012, p. 31).

Arroyo (2014) coloca que nesse projeto camponês compartilhado na conexão entre movimentos sociais e educação, seus sujeitos se formam e se organizam pelo direito à terra, ao teto, à escola; ao tempo em que mesmo ao estarem em um cotidiano de sofrimentos, de brutalidades e de opressão, produzem conhecimento nessas situações ao questionarem a si mesmos e o mundo de maneira lúdica, podendo fazer também leituras sobre as relações de controle, de poder, de expropriação e de repressão em suas terras onde são radicalmente vitimados e que fornecem a eles próprios aprendizados radicais. Por isso:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. [...] com a concebida “sociedade de produtores livremente associados” [...] dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: a *universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora* (Mészáros, 2008, p. 65, grifo do autor).

Para que a Educação do Campo possa atingir essas formas emancipatórias de sociabilidade, concordamos com Tonet (2016) em que é preciso superar as distâncias existentes entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para tanto, torna-se necessária a consolidação de uma formação consistente aos camponeses nas suas experiências e nos seus contextos educativos formais e não-formais, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Educação Popular, das Escolas itinerantes do MST, da Pedagogia da Alternância em seus diversos níveis e modalidades de ensino, na formação de professores, dentre outras profícuas propostas. Ao estar inscrita nesse cenário, a Universidade em seus esforços:

[...] se cerca de compromissos sociais efetivamente articulados à luta social dos povos do campo, contribui para o avanço da soberania popular, a organicidade dos povos nos territórios rurais e para a elevação da consciência social. Todavia isso não se faz

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

isoladamente ou por iniciativa própria, mas por intencionalidade e articulação, pela concepção de ciência a serviço da vida, por assumir princípios formativos ancorados na perspectiva da emancipação humana [...] (Ferreira; Carvalho; Bogo, 2021, p. 35).

Contudo, destacamos que atualmente existem diversos impasses enfrentados pela Educação do Campo brasileiro para que seus propósitos sejam efetivados, a exemplo dos constantes casos de fechamento, desativação e nucleação das escolas camponesas, visto que este contexto expressa as formas de reordenamentos territoriais impostas pelas políticas neoliberais oriundas da aliança entre Estado/Capital para o campo que ocasionam a expropriação dos seus sujeitos, assim como os rearranjos curriculares promovidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas contrarreformas educacionais, como a Reforma do Ensino Médio, que forjam a “modernização” dos sistemas de ensino, mas não alteram as complicações históricas suportadas pela educação pública nacional e muito menos atendem as demandas das escolas públicas, sejam elas camponesas ou cidadinas, prejudicando ainda o processo de ensino-aprendizagem quando “[...] difunde a concepção de um professor como mero transmissor de conhecimentos” (Sousa e Amorim, 2020, p. 95) e de estudantes a serem convertidos em *mão de obra* para o mercado — do desemprego estrutural — de modo que:

Essas reformas fortalecem a alienação e, em linhas amplas, impõe ao sistema público de ensino uma enorme centralização aparentemente descentralizadora, ancorada em discursos de eficiência e eficácia associados aos exames nacionais e internacionais, que medem e “qualificam” a educação nacional. (...) denotam profundo afastamento e imensa clivagem entre a escola pública desejada utopicamente e aquela que se concretizara para as “massas” (Del Gaudio *et al.*, 2017, p. 2).

Alinhados a este entendimento, consideramos ainda que os delineamentos dessas inúmeras contrarreformas educacionais em nosso país desconsideram fortemente os condicionantes da realidade concreta produzida nas salas de aula camponesa quando frisam, de maneira determinante, sobre a “necessidade” de homogeneização dos currículos, sendo seus propósitos extremamente funcionais aos discursos ideológicos classistas de que o campo é “atrasado” e que, conseqüentemente, visam incorporar cada vez mais o espaço e a sociedade agrária brasileira ao movimento sociometabólico do modo de produção vigente.

Tal realidade deve ser pensada e contestada pelos educandos e educadores do campo, ao passo que, de acordo com Reis (2021) esses sujeitos necessitam em suas relações — em vista da construção de uma Pedagogia Libertadora — de constantes diálogos entre eles, uma vez que

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

ao se formular um conhecimento dialógico — mesmo com os conflitos e contradições internas, reveladas dessa relação — as alternativas de síntese e de mudança são reais, ao tempo em que se torna “[...] possível uma relação dialógica quando se compartilha e se confronta o conhecimento de todos os sujeitos envolvidos. Não é o consenso, mas sim o diálogo entre os opostos, entre as diferenças, entre os diversos saberes” (Reis, 2021, p. 13-14).

Acrescido a isso, Freire (1980) ao se utilizar dos ensinamentos de C. Guyesse, promove reflexões fundamentais na mobilização educacional de consciência da classe camponesa em uma efetivação radical e libertadora pela subversão dialógica dos seus sujeitos em meio à efetivação histórica do atual modo de produção, de modo que:

[...] Dar consciência aos camponeses de sua situação, a fim de que eles mesmos se esforcem por mudá-la, não consiste em falar-lhe da agricultura em geral, recomendar-lhes o emprego de adubos químicos, de máquinas agrícolas nem da formação de sindicatos. Consiste em fazê-los compreender o mecanismo da produção agrícola, à qual se submetem por simples tradição; fazê-los examinar e criticar os atos diários que cumprem por rotina. O que mais custa a um homem saber, de maneira clara, é sua própria vida, tal como está feita por tradição e rotina de atos inconscientes. Para vencer a tradição e a rotina, o melhor procedimento prático não se encontra nas idéias [sic] e conhecimentos exteriores e distantes, mas no questionamento da tradição por aqueles que se conformam com ela, no questionamento da rotina em que vivem (Freire, 1980, p. 35).

Em concomitância a esses ensinamentos salutareos e suas contribuições teóricas relativas à materialidade dos desafios e resistências sociais por uma Educação do Campo, buscamos elucidar analiticamente sobre a produção territorial dos movimentos camponeses nos conteúdos educacionais e escolares de uma comunidade agrária do Centro-Sul baiano.

Os conteúdos sociais e escolares do campesinato em movimento no espaço agrário de Anagé, no Centro-Sul baiano

Na observância da territorialização do campesinato brasileiro, que tem se constituído no contexto dos seus movimentos sociais e de suas ações pela permanência e/ou pelo acesso à terra, bem como pela manutenção dos seus modos de vida, de trabalho e por uma educação que corresponda às formas de sociabilidade dos seus sujeitos, nos propomos a desvelar as particularidades desse processo ao nos debruçarmos sobre o cotidiano social de uma escola do campo de Anagé, no Centro-Sul da Bahia durante o ano letivo de 2018, que se estendeu e foi finalizado no primeiro semestre de 2019; elencando alguns dos percursos de ensino —

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

engendrados na docência do primeiro autor do presente texto por meio da abordagem dos conteúdos da disciplina de Geografia da escola — e as suas repercussões na aprendizagem dos seus estudantes em movimento com a realidade do campesinato local e com as organizações sociais, culturais e políticas ali existentes.

A escola em evidência está situada na Comunidade do Capinado, com distância de aproximadamente 45 km da cidade de Anagé-BA, sendo que esta unidade escolar vem se compondo com turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e funcionando no turno matutino enquanto extensão do Centro Educacional Renato Viana (CERV), sediado na zona urbana do município. No ano letivo relativo ao presente estudo estavam matriculados em torno de sessenta alunos, com idades entre 10 e 19 anos, e residentes em várias das comunidades camponesas anageenses próximas à escola supracitada, sendo elas Capinado, Lagoa das Cruzes, Araticum, Bom Sucesso, Jardim II, Poços, entre outras.

Cabe destacar que estes estudantes vêm se reproduzindo socialmente com seus familiares e com a vizinhança seja nos estudos em casa, no plantio de alimentos, na criação de animais, em afazeres domésticos, dentre outros trabalhos, bem como em encontros religiosos e momentos de lazer promovidos em suas comunidades. No entanto vários deles — estando imersos sob a lógica expropriatória e repressiva definidas pelo atual modo de produção no campo — têm passado por dificuldades diversas como pobreza, doenças, fome, violência, dentre outros problemas estruturais.

Ao estarem inseridos nos meandros da crise estrutural, estes estudantes ao serem aliados do seu ser social ao possuírem condições mínimas para se manterem socialmente, nos revelam que a instauração das barbáries fomentadas pelo sistema capitalista se constitui nas suas contradições expressas nos mais diferentes espaços sociais e, dentre eles, os de sociabilidade camponesa.

Essas dificuldades também são materializadas no dia a dia destes estudantes em seus espaços e tempos escolares, ao passo que seus impasses não se prendem a esta realidade em particular uma vez que eles se objetivam em todo o nosso país quando, dentre outras demandas, não temos ainda a consolidação da formação inicial — e principalmente continuada — para o trabalho dos seus professores; na carência de recursos didáticos mínimos como cartilhas, livros,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, n° 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

mapas, maquetes, notebooks, Datashow, etc., que possibilitariam estudos mais aprofundados sobre a questão agrária envolvendo o lugar de onde os estudantes camponeses se reproduzem e articulando os conteúdos vividos e estudados em movimento com outras realidades concretas; na precarização dos espaços físicos das escolas do campo e nas suas perdas como diminuição dos seus recursos financeiros públicos, no fechamento, nucleação e/ou desativação das suas instalações escolares — citados e discutidos inclusive no tópico anterior — e outros tantos prejuízos.

Sobre as dinâmicas de matrículas, funcionamento e fechamento dos espaços educacionais do campo anageense, Fernandes (2020) aponta — conforme dados que obteve pelos sites QEdu da Fundação Lemann e do Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Goiás (UFG), bem como de um relatório fornecido pela coordenação do Censo Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMED) de Anagé-BA — que os índices relativos às escolas do campo da rede pública do município entre os anos de 2010 e 2019 são preocupantes, uma vez que: 1) o somatório dos números de matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino em nível municipal passou de 3.151 matrículas em 2010 para 1.702 estudantes matriculados em 2019 (redução de 1.449 matrículas); 2) o número de escolas do campo da rede municipal de ensino em funcionamento caiu de 57 em 2010 para 35 em 2019 (perda de 22 escolas); e 3) as escolas paralisadas — com cadastro ativo no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) — da rede pública municipal subiram de 04 em 2010 para 09 em 2017 (aumento de 05 escolas em paralisação), e as escolas que passaram a ser desativadas, inclusive no INEP, foram 08 entre os anos de 2010 e 2011.

Os dados citados acima revelam as dificuldades concretas que permeiam a contemporaneidade escolar do campo anageense posto que, de acordo com Fernandes (2020), elas se expressam seja no fechamento dos espaços escolares e formação de escolas nucleadas no município, problemas no transporte escolar e suas implicações no deslocamento estudantil por conta das grandes distâncias do espaço agrário municipal até às escolas, nas ações de diversos governos que passaram pelo poder público municipal e se afinaram às políticas de reordenamento territorial do Estado brasileiro sob os imperativos neoliberais do capital, a falta

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, n° 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

de reação — mesmo com a insatisfação — dos sindicatos rurais e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) frente ao fechamento de escolas do campo municipal, dentre outros fatores negativos que repercutem na manutenção do campesinato anageense em sua totalidade.

Nas especificidades desse processo, chamou-nos a atenção de que os estudantes da extensão escolar do CERV passam também por difíceis obstáculos em suas vias de aprendizagem, uma vez que para alguns deles a leitura e/ou escrita não se integralizou à formação que receberam e que, a priori, são adquiridas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, levando-nos a pensar que estes estudantes carecem de um acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiólogo que os auxiliem para superarem seus limites. Para além disso, essa demanda faz com que seus professores repensem suas práticas de ensino buscando estratégias que possam, mesmo que minimamente, superar as privações dos seus estudantes para que eles atinjam a aprendizagem de maneira plena.

Os estudantes camponeses acima aludidos — como os demais que compõem a sociedade agrária anageense — deveriam obter também uma formação escolar consonante à realidade do campo, onde se realizam enquanto sujeitos sociais. No entanto percebe-se, pela experiência docente do primeiro autor deste artigo, que o conteúdo das relações sociais urbano-industriais vem prevalecendo na constituição do currículo, da organização do trabalho pedagógico, das práticas de ensino entre outras ações escolares do município em questão; situação esta que tem seus agravamentos na vida dos camponeses inseridos nessa realidade.

Considerando todo esse cenário de desigualdades perpetrados pelo sistema capitalista sobre o campo e seu modelo educacional gestado no contexto em questão, os professores que lecionavam na escola naquele período letivo — e que na sua maioria residem nas comunidades camponesas próximas à unidade de ensino em que atuam, sendo isto algo fundamental na aproximação entre os diversos sujeitos escolares e deles com o campo em que vivem — ao partirem das singularidades do campesinato local trabalhavam com os conteúdos correspondentes às suas disciplinas buscando estabelecer mediações didáticas em sala de aula numa “[...] celebração diária, pessoal e coletiva, que transforma cada ato, mesmo nos dias mais difíceis, em uma reafirmação da escolha feita em certa altura da existência” (Sousa Neto, 2005, p. 258).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Estes professores impulsionavam e incentivavam seus estudantes a acompanharem, por exemplo, o crescimento e a diversificação da produção agrícola onde moravam, a lutarem pelas demandas sociais que surgiam constantemente em nível familiar e comunitário e a perceberem principalmente que, estando imersos no universo educacional, poderiam encontrar alternativas que os levassem a construir sua história na batalha por um mundo emancipado.

Nesse bojo que as aulas foram sendo desenvolvidas durante todo o ano letivo, ao passo que a disciplina de Geografia veio a compor esse processo ao proporcionar, sobretudo, aproximações entre os conteúdos sociais vividos pelos estudantes camponeses com os conteúdos aglutinados pela disciplina no “chão” da sala de aula considerando que “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9), ao passo que detalhamos no subtópico a seguir os percursos dessas ações pedagógicas sistematizadas no movimento do real concreto.

As sociabilidades do campesinato anageense em movimento na Geografia Escolar

A disciplina de Geografia na Educação do Campo possui notável importância — em conjunto com as demais disciplinas escolares — ao tangenciar inúmeros estudos tanto sobre a produção social do espaço geográfico quanto as suas particularidades ao enunciar a realidade agrária constituída em nosso país por meio do conflito de classes e das contradições do modo de produção hodierno na terra de trabalho.

Alinhado a isso, Camacho (2011) pondera que partindo da real concreto, a Geografia escolar proporciona aos estudantes camponeses a capacidade de interpretar criticamente a realidade em que vivem na sua formação territorial resultante da luta de classes, e objetivando ao mesmo tempo a busca pela superação dessas relações desiguais, em que “[...] pela mediação do trabalho pedagógico, tendo incorporado os elementos teóricos e práticos no processo de ensino, os alunos passam a desenvolver a prática social [...]” (Saviani, 2014, p. 31).

Diante desse horizonte analítico sobre a processualidade social dos espaços camponeses mediante os percursos de vida e trabalho dos seus estudantes que as aulas de Geografia foram concebidas, e nelas foram estabelecidas estratégias didáticas que agregassem reflexões

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

geográficas enfocando principalmente o campesinato brasileiro, baiano e anageense, ao passo que aqui são percorridas algumas das ações de ensino objetivadas nas turmas da escola.

Na turma do 6º ano foram tratados conteúdos sobre questões físicas do espaço geográfico e das suas especificidades referentes ao campo anageense, imerso no bioma da Caatinga e possuindo clima semiárido, vegetação xerófila — formada por mandacarus, palmas, cactos, pés de umbuzeiro etc. — tendo solos com constantes processos erosivos, margeado hidricamente com o rio gavião e agregando em si outros elementos naturais. Entre as atividades dessa turma, foi solicitado aos estudantes que, em forma de pesquisa, se dirigissem até seus pais, avós e demais familiares e consultassem deles os conhecimentos climáticos que possuíam, questionando-os sobre quais são os períodos de seca e os períodos chuvosos, de como estes interferem na produção agrícola, entre outras informações a serem conduzidas até à sala de aula e relacionadas com os dados meteorológicos veiculados pelos seus sites oficiais, à medida que:

A opção por situar o saber popular no interior da proposta curricular, ao invés de utilizá-lo apenas como ponte para o saber erudito, favorece o amadurecimento de novas modalidades de organização curricular, o que aproxima o envolvimento do estudante com o planejamento de sua aprendizagem. Dessa forma, a educação geográfica contextualizada no projeto camponês de convivência com o semiárido rompe com a condição curricular da escola urbana, que reflete, quase sempre, os interesses de uma ideologia dominante (Oliveira, 2015, p. 52).

Uma outra atividade realizada com esta turma pautou-se em estudos sobre conhecimentos cartográficos partindo da composição de desenhos feitos pelos estudantes da classe — em que alguns deles estão vislumbrados entre as figuras 1a e 1d — sobre o cotidiano que viviam nos percursos que faziam de suas casas até à escola, sendo que neles demonstraram, cada qual ao seu modo, como se estabelece sua reprodução social em meio às adversidades conjunturais da questão agrária.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figuras 1a, 1b, 1c e 1d – Desenhos produzidos pelos estudantes



Fonte: Acervo dos autores, 2018.

Nos desenhos que produziram, os estudantes expressaram o que aquelas trajetórias revelavam para eles na observação das paisagens pelo caminho, seja da importância daquela estrada para o acesso à escola — e de que este processo é interrompido nos períodos de fortes chuvas onde estes sujeitos escolares ficam “ilhados” em casa e a partir dela passam a conhecer o clima e seus benefícios às suas lavouras — na reflexão sobre os períodos de estiagem e as dificuldades para manter a plantação, os animais e as demandas domésticas e que são reveladas pelos desenhos sem pintura — uma vez que o município encontra-se situado no polígono das secas — bem como das dificuldades financeiras que vivem; entre outras observações que fizeram durante a aula com base nas suas ilustrações.

Em relação às atividades na turma do 7º ano, elas foram construídas por discussões sobre questões relativas à Geografia do Brasil: população, agricultura, urbanização e industrialização, as cinco regiões do país; e as apontando nos seus diversos recantos agrários, ao tempo em que foi salientada a contribuição histórica dos movimentos sociais do campo na formação territorial nacional e a sua atualidade marcada pela sua criminalização que tem sido operacionalizada pelo Estado brasileiro.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

A partir disso, foi solicitado a cada estudante da turma a escrita de um texto sobre a trajetória de lutas, dilemas e resistência do MPA — sendo este o movimento mais atuante no município e que segundo Souza (2008) manifesta um importante trabalho em vista da segurança e soberania alimentar na agricultura camponesa de diversas comunidades anageenses como Caçote, Poço da Vaca I e II, Pé do Morro, Bom Sucesso, Capinado entre outras — e que, na consulta aos integrantes do movimento que moravam nas comunidades próximas, eles conseguissem auxílio na feitura dos seus textos com depoimentos, documentos, fotografias, etc., posto que com as informações obtidas fossem reunidos seus escritos em um amplo texto da turma, acessível a eles e aos demais camponeses das suas comunidades.

Na turma do 8º ano foram discutidos conteúdos sociais geográficos de cunho continental, sobretudo no tocante às questões econômicas de produção dos seus espaços considerados “periféricos” em relação às demais porções do planeta, visto que essas nuances nas suas peculiaridades denotam a materialização da luta de classes no campo latino-americano, que levaram a organização, em sala de aula, de um painel com o mapeamento dos vários movimentos históricos e políticos do campesinato na América Latina, e assinalando nele a participação direta dos movimentos sociais do campo em nível brasileiro, baiano e regional no espaço-tempo das organizações políticas produzidas em nosso continente.

Sobre as atividades na turma do 9º ano, nelas foram propostas investigações acerca do espaço geográfico na sua totalidade mundial, uma vez que seus conteúdos disciplinares versavam sobre as imposições dos países considerados “centrais” na unidade contraditória do sistema capitalista, sendo que em âmbito nacional o agronegócio compõe as articulações desse processo. Partindo disso, os estudantes da turma foram requisitados a levarem para a sala de aula notícias/reportagens jornalísticas sobre o funcionamento da produção agroindustrial em nosso país em vista da realização de um debate; e na concretização dele foram partilhadas informações sobre a conversão dos produtos primários em *commodities* — que são mercadorias exportadas para inúmeros países — e os desdobramentos desse processo na falta de soberania e na insegurança alimentar, na destruição da natureza com queimadas, desmatamento, poluição, etc., e na destruição social com doenças, violência, espoliação, desemprego, fome, etc. decorrentes das determinações do mercado.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Cabe apontar que mesmo com as fragmentações até então inseridas no currículo das turmas de Geografia da escola deste estudo em Geografia Física, Geografia do Brasil, Geografia dos Países subdesenvolvidos (periféricos) e Países desenvolvidos (centrais) do mundo globalizado (capitalista); e da ênfase sobre a territorialização dos movimentos sociais do campo no 7º e 8º ano, foram mobilizadas em todas as turmas diversas estratégias didáticas para a mediação dos conteúdos vividos pelos estudantes camponeses com os conteúdos da disciplina, seja as que foram mencionadas anteriormente, bem como estudos dirigidos, pesquisa de campo, seminários, dinâmicas, jogos, entre outras.

Estas ações foram conduzidas ainda em estudos com todas as turmas sobre as práticas de convivência destes sujeitos com o semiárido, seja nas formas de captação de água da chuva que realizam com as cisternas e da sua utilização nas demandas domésticas e/ou comunitárias, para a irrigação de diversos cultivos, para plantas, animais, entre outras necessidades; na formação compartilhada de bancos de sementes crioulas feita pelas famílias e comunidades em que fazem parte, e que são assessoradas pelo Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), sendo esta experiência destacada pela pesquisa de Rocha, Lima e Porto (2019) ao colocarem que:

As sementes crioulas são aquelas que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas. Sendo assim, [...] surgem então, a proposta do projeto casa de sementes crioulas na luta pela resistência na permanência da soberania alimentar [...] na Casa de Sementes Crioulas Manoel Rodrigues. Esta instituição surgiu a partir da resistência [...] dos pequenos agricultores realizado com parceria da Associação de Moradores e pequenos Produtores Rurais da Fazenda Bom Sucesso (AMPERBES) Anagé-BA, localizado a 36 km da sede do município e 30 km da BA 262 que liga os municípios de Brumado a Vitória da Conquista (Rocha; Lima; Porto, 2019, p. 701-703).

Também foram formadas, nas estratégias didáticas, análises sobre as dificuldades vividas pelos camponeses próximos a eles, seja no labor da roça camponesa nas fases da seca ou quando migram, pela mobilidade do trabalho, em direção às periferias das cidades; suas dificuldades de organização coletiva na luta pela terra, e as suas expressões de resistência na cultura local como os encontros religiosos e ações de Educação Popular das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os festejos juninos, festejos quilombolas, carurus, encontros com senhoras benzedoras, ternos de reis, etc. — uma vez que enquanto “[...] patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (Woortmann, 1988, p. 12) — assim

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

como leilões, cavalgadas, artesanato, produção compartilhada de comidas derivadas do milho — entre elas a pamonha, entre outros atos inerentes ao modo de vida desses sujeitos camponeses.

Destarte, as diversas atividades didático-pedagógicas em Geografia promovidas nas turmas citadas anteriormente mobilizaram seus estudantes a vincularem os conhecimentos socioespaciais construídos por eles em sala de aula com o cotidiano da vida social que constituem nas suas comunidades camponesas, ao interagirem de maneira ampla — com seus familiares e demais entes comunitários — nos encontros da disciplina ao ensinarem, por exemplo, sobre as épocas que o pé de umbuzeiro (planta oriunda das áreas catingueiras do semiárido) produz frutos, como acontecem os festejos de reisado no final de cada ano com os camponeses que permanecem na terra em conjunto com os que estão nas periferias das grandes cidades, e que “aliviam” a saudade do campo nesse período, dentre outros relevantes processos que contribuem com a manutenção das relações ontológicas dos seus sujeitos sociais em meio às investidas “modernizantes” do modelo de sociabilidade capitalista sobre os seus territórios.

Considerações finais

Ao estabelecermos neste artigo alguns apontamentos sobre a questão agrária brasileira e suas expressões de luta pela terra, pelo trabalho e por uma Educação do Campo, nos sustentamos em suas especificidades ao nos atermos aos dilemas e as renitentes estratégias sociais do campesinato de Anagé-BA, partindo das suas mediações dialógicas estabelecidas entre os entes de uma escola presente neste município.

Nesse percurso, ao vislumbrarmos as repercussões da disciplina de Geografia neste contexto escolar, pontuamos que os conteúdos sistematizados no cotidiano da vida e do trabalho dos estudantes camponeses locais ao se ambivalerem, em movimento, com os conteúdos geográficos estudados em sala de aula, em muito contribuem com a reafirmação da condição social dos seus sujeitos em seus territórios.

Dada a relevância das discussões teóricas e das práticas educacionais impressas ao longo deste texto, entendemos ser oportuna a replicação dos nossos esforços em defesa do elo entre Movimentos Sociais do Campo e Educação do Campo — e de todos aqueles que são

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

expropriados e massacrados pelo sistema capitalista — na unidade da *práxis* frente aos tensionamentos territoriais das disputas de classes, buscando semear a esperança de uma outra sociabilidade ao agirmos em favor de um mundo permeado pela justiça social e pela emancipação humana.

Referências

ALMEIDA, R. A. A luta pela terra no Brasil. **Fronteiras**: revista de História, Campo Grande, v. 3, n. 6, p. 135-149, 1999. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13390/6838>. Acesso em: 17 set. 2021.

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A. Tempo Escola e Tempo Comunidade: Territórios educativos na Educação do Campo. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (Org.). **Territórios educativos na Educação do Campo**: escola, comunidade e movimentos sociais. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012, p. 21-33.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

CAMACHO, R. S. A Geografia no contexto da Educação do Campo: construindo o conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. **Revista Percorso**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25-40, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percorso/article/view/49500>. Acesso em: 15 set. 2021.

CASTORIADIS, C. **La democracia como procedimiento y como régimen**. 1996. Disponível em: <http://www.globalizacion.org/biblioteca/CastoriadisDemocracia.htm>. Acesso em: 17 set. 2021.

CONCEIÇÃO, A. L. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17, n. 32, p. 7-21, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/13582/pdf>. Acesso em: 17 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.13582>.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>. Acesso em: 19 set. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

DEL GAUDIO, R. S. *et al.* Ensino de Geografia e formação de professores: desafios e possibilidades na contemporaneidade. In: ASCENÇÃO, V. O. R. *et al.* **Conhecimentos da Geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica.** Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2017.

DESMARAIS, A. A. **La via campesina: globalization and the power of peasants.** Halifax: Fernwood, 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, R. C. **Ações dos movimentos sociais contra o fechamento de escolas do campo: lutas e enfrentamentos.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2021/04/ROSILDA-COSTA-FERNANDES.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

FERREIRA, M. J. L.; CARVALHO, L. F. O., BOGO, M. N. R. A. Educação do Campo no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB): abordagem histórica. **Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 30, n. 61, p. 17-37, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/10034/7775>. Acesso em 19 set. 2021. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n61.p17-37.

FREIRE, P. **Conscientização.** Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23ª ed. São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, G. Projeto societário contra-hegemônico e Educação do Campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIN, A.; BELTRAME, S.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas.** Florianópolis: Editora Insular, 2010, p. 19-41.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 115-147, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040/2145>. Acesso em: 18 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v2i2.3040>.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 1981.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENEZES NETO, A. J. Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. *In*: ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. (Org.). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 25-37.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MOLINA, M. C. **A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

OLIVEIRA, A. M. Educação geográfica no projeto camponês de convivência com o semiárido. **Geosaberes: revista de estudos geoducionais**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 46- 54, 2015. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/410/375>. Acesso em: 15 set. 2021.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

REIS, S. M. A. O. Paulo Freire: 100 anos de práxis libertadora. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 47, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9443/6130>. Acesso em: 19 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i47.9443>.

RELATÓRIO DATALUTA BRASIL nº 21. **NERA**. Presidente Prudente: UNESP, 2020. Disponível em: http://catedra.editoraunesp.com.br/publicacoes_noticias.asp?tpl_id=1&id=252. Acesso em: 19 set. 2021.

ROCHA, R. B. L.; LIMA, J. E.; PORTO, K. S. Casa de sementes crioulas na luta pela resistência na permanência da soberania alimentar: reflexões a partir do estágio supervisionado em ambiente não formal. *In*: **Anais do XIII Colóquio Nacional e VI Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista: Edições UESB, v. 13, n. 1, p. 701-706, 2019.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/8680/8853>. Acesso em: 16 set. 2021.

SANTOS, A. R. Internacionalização da pesquisa e produção do conhecimento sobre Educação do Campo da área da educação na região nordeste (2013-2020). **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 196-228, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7689/5227>. Acesso em: 19 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/rpe.v16i43.7689>.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina: diálogo entre às ciências**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 4, p. 11-36, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405/1214>. Acesso em: 19 set. 2021.

SOUSA, R. Á. D.; AMORIM, A. F. C. A Base Nacional Comum Curricular e Educação no/do Campo: uma relação de (in)consistência. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 27, n. 2, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11046/8323>. Acesso em: 18 set. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v28n2-2020-04>.

SOUSA NETO, M. F. O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 249-259, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Cwf9njhMD9TfxmCvnZFhvNy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 set. 2021.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes**. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D. A face e as múltiplas facetas da barbárie societal no campo brasileiro: algumas considerações. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 44, p. 14-38, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5507/4467>. Acesso em: 19 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i44.5507>.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 3ª ed. São Paulo: Edição do Autor, 2016.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389/7649>. Acesso em: 07 jun. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. O movimento camponês do/no conteúdo social escolar. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, nº 24, e112402, 2024.

Submissão em: 11/10/2023. Aceito em: 22/11/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons